

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

LEI Nº 293

Autoriza o Poder Executivo a adquirir por compra , contratar Financiamento e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Angelina, Senhor José Germano Fuck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, faz saber a todos os habitantes deste Município que o Poder Executivo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir por compra diretamente do fabricante, ou seu concessionário exclusivo para serviços desta Prefeitura (1) um Trator de esteira e 1 (um) Caminhão Basculante marca Ford.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal, também autorizado a obter o financiamento necessário a referida compra, à vista, nos termos do que dispõe as normas do Banco Central do Brasil atualmente em vigor, assinando em consequência contrato de abertura crédito com o BESC Financeira S/A, Crédito Financiamento e Investimentos, bem como dando em garantia do financiamento, bem caracterizado no artigo 1º, sob forma de Alienação Financeira em garantia, conforme estabelece o Decreto Lei nº 911 de 1º de outubro de 1969.

§ Único - O Financiamento a que se refere o “caput “ desta Lei, compreenderá o principal, saldo de Cr\$ 667.813,00 (seiscentos e sessenta e sete reais mil oitocentos e treze cruzeiros) mais todos os ônus e encargos de financiamento, representando o total de Cr\$ 1.161.994,50 (Hum milhão, cento e sessenta e um mil novecentos e noventa e quatro cruzeiros e cinquenta centavos), que será pago em 30 (trinta) meses, prestações estas que serão representadas por uma nota promissória em seu valor total emitida a favor do Besc Financeira S/A. Crédito Financiamento e Investimento, pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 3º - Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado a dar em garantia do financiamento a que se refere o artigo 2º supra, sob a forma de penhor, parcelas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, assim como a constituir a BESC Financeira S/A. Crédito, Financiamento e Investimentos, procurador do Município, com poderes irrevogáveis para o fim especial de receber do Órgão competente, as obrigações contraídas no contrato de Financiamento com o BESC Financeira S/A. Crédito, Financiamentos e Investimento.

§1º - Se a quota de participação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias a que se refere este artigo, tiver sua denominação modificada ou for substituída por outro Imposto ou outra fonte de arrecadação tal novo imposto ou nova fonte arrecadação, substituirá a garantia mencionada neste artigo , sem que venha a constituir do Contrato assinado, que continuará íntegro, em todas as suas cláusulas e condições, até o seu total cumprimento.

§ 2º - O Município se obrigará a fazer a fazer consignar nos termos dos Orçamentos, verbas necessárias a liquidação das obrigações estabelecidas na presente Lei nos seguintes montantes respectivamente: Em 1979 Cr\$ 309.869,20 (trezentos e nove mil, oitocentos e sessenta e nove cruzeiros e vinte centavos), em 1980 Cr\$ 464.797,80 (quatrocentos e sessenta e quatro mil setecentos e noventa e sete cruzeiros e oitenta centavos) e em 1981 Cr\$ 387.331,50 (trezentos e oitenta e sete mil trezentos e trinta e um cruzeiros e cinquenta centavos) .

§ 3º - O Prefeito autorizará irrevogavelmente, o Banco do Estado de Santa Catarina S/A ,ou qualquer outra fonte pagadora da quota referida neste artigo, a contabilizar a débito na conta do Município em que forem creditadas as parcelas da quota do Imposto sobre

Circulação de Mercadorias a que se refere o “caput “ deste artigo, as importâncias correspondentes à liquidação das obrigações contraídas com o financiamento a que se refere o artigo 2º supra.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Confere com o original.

Angelina, 13 de julho de 2000.

Mauro Jönck
Prefeito Municipal